

Paraísos fiscais

Países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada

A luta contra a evasão e fraude internacional passa também pela adopção de medidas defensivas, tradicionalmente designadas por medidas anti-abuso, traduzidas em práticas restritivas no âmbito dos impostos sobre o rendimento e sobre o património, benefícios fiscais e imposto do selo, que têm como alvo operações realizadas com entidades localizadas em países, territórios ou regiões qualificados como «paraísos fiscais» ou sujeitos a regimes de tributação privilegiada.

Tendo em conta as dificuldades em definir «paraíso fiscal» ou «regime fiscal claramente mais favorável», o legislador nacional, na esteira das orientações seguidas por outros ordenamentos jurídico-fiscais, optou, nuns casos, por razões de segurança jurídica, pelo sistema de enumeração casuística e, noutros, por um sistema misto, estando, no entanto, ciente de que tais soluções obrigam a revisões periódicas dos países, territórios ou regiões que figuram na lista.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 88/94, de 2 de Abril, o seguinte:

Para todos os efeitos previstos na lei, designadamente no n.º 3 do artigo 16.º do Código do IRS, no n.º 2 do artigo 59.º e no n.º 3 e na alínea c) do n.º 7 do artigo 60.º do Código do IRC, na alínea b) do artigo 26.º, no n.º 7 do artigo 41.º e no n.º 8 do artigo 42.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no n.º 3 do artigo 7.º do Código do Imposto do Selo, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 88/94, de 2 de Abril, no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de Agosto, no n.º 7 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e no n.º 4 do artigo 17.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT), a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis, é

a

seguinte:

Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada

Andorra;	.	Liechtenstein;
Anguilha;	.	Luxemburgo, apenas no que respeita às
Antígua e Barbuda;		sociedades holding no sentido da legislação
Antilhas Holandesas;		luxemburguesa que se rege pela Lei de 31 de
Aruba;		Julho de 1929 e pela Decisão Grã-Ducal de 17
Ascensão;		de Dezembro de 1938;
Bahamas;	.	Ilha de Niue;

Bahrain;	.	Ilha Norfolk;
Barbados;	.	Sultanato de Oman;
Belize;	.	Ilhas do Pacífico não compreendidas
Ilhas Bermudas;		nos restantes números;
Bolívia;	.	Ilhas Palau;
Brunei;	.	Panamá;
Ilhas do Canal (Alderney, Guernesey,	.	Ilha de Pitcairn;
Jersey, Great Stark, Herm, Little Sark, Brechou,	.	Polinésia Francesa;
Jethou e Lihou);	.	Porto Rico;
Ilhas Cayman;	.	Quatar;
Ilhas Cocos o Keeling;	.	Ilhas Salomão;
Chipre;	.	Samoa Americana;
Ilhas Cook;	.	Samoa Ocidental;
Costa Rica;	.	Ilha de Santa Helena;
Djibouti;	.	Santa Lúcia;
Dominica;	.	São Cristóvão e Nevis;
Emiratos Árabes Unidos;	.	São Marino;
Ilhas Falkland ou Malvinas;	.	Ilha de São Pedro e Miguelon;
Ilhas Fiji;	.	São Vicente e Grenadinas;
Gâmbia;	.	Seychelles;
Grenada;	.	Suazilândia;
Gibraltar;	.	Ilhas Svalbard (arquipélago Spitsbergen
Ilha de Guam;		e ilha Bjornoya);
Guiana;	.	Ilha de Tokelau;
Honduras;	.	Tonga;
Hong Kong;	.	Trinidad e Tobago;
Jamaica;	.	Ilha Tristão da Cunha;
Jordânia;	.	Ilhas Turks e Caicos;
Ilha de Queshm;	.	Ilha Tuvalu;
Ilha de Kiribati;	.	Uruguai;
Koweit;	.	República de Vanuatu;
Labuán;	.	Ilhas Virgens Britânicas;
Líbano;	.	Ilhas Virgens dos Estados Unidos da
Libéria;		América;
	.	República Árabe do Yémen.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, em 21 de Janeiro de 2004.

Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro. Actualizada pela Declaração de Rectificação n.º 31/2004, de 23/03/2004.